



**ACÓRDÃO Nº429/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12286/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Casa Civil.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Fabrício Rogério Cyrino Barbosa (Ordenador de Despesa), Marlene Barros Monteiro Leite (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1122/2023-MPC/ELCM, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Casa Civil.  
Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Casa Civil, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Senhor **Carlos Alberto Souza de Almeida Filho**, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, no período de 18.03.2019 a 18.05.2019, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Casa Civil, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Senhor **Fabrício Rogério Cyrino Barbosa**, Secretário Executivo de Finanças e Ordenador de Despesas, no período de 02.01.2019 a 30.09.2019, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.3. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Casa Civil, referente ao exercício de 2019, de



**ACÓRDÃO Nº429/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

responsabilidade da Senhora **Marlene Barros Monteiro Leite**, Secretária Executiva de Finanças da Casa Civil e Ordenadora de Despesas, no período de 01.10.2019 a 01.07.2020, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**10.4. Dar quitação** ao Senhor **Carlos Alberto Souza de Almeida Filho**, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, no período de 18.03.2019 a 18.05.2019, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

**10.5. Dar quitação** ao Senhor **Fabício Rogério Cyrino Barbosa**, Secretário Executivo de Finanças e Ordenador de Despesas, no período de 02.01.2019 a 30.09.2019, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

**10.6. Dar quitação** à Senhora **Marlene Barros Monteiro Leite**, Secretária Executiva de Finanças da Casa Civil e Ordenadora de Despesas, no período de 01.10.2019 a 01.07.2020, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

**10.7. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, art. 188, do RITCE, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.7.1.** Ausência de Declaração de Bens do Ordenador da Despesa da Casa Civil;

**10.7.2.** Ausência do Parecer de Controle Interno do Órgão, de acordo com o que prevê o inciso III, do artigo 10 da Lei Orgânica do TCE/AM;

**10.7.3.** Ausência de justificativa para o 5º Termo Aditivo ao Contrato nº. 001/2015 com a Empresa JBV Serviços de Bufo Ltda – ME, embasado no artigo 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, no valor de R\$ 1.295.293,80 uma vez que a prestação de serviços com restaurante e buffet está caracteriza de forma contínua;

**10.7.4.** Ausência de justificativa para o pagamento no valor de R\$



**ACÓRDÃO Nº429/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

39.050,04 à Empresa BMJ Serviços Comércio e Rep. Ltda, Serviços de Manutenção preventiva e/ou corretiva de poço artesiano, com fornecimento de material para atender as necessidades da sede do governo, referente ao 4º Termo Aditivo ao Contrato nº. 15/2015, deve o ordenador encaminhar todas as notas fiscais referente aos serviços executados durante o exercício de 2019;

**10.7.5.** No exame dos Termos de Contratos e Aditivos, foram encontradas restrições quanto as Certidões da Secretaria de Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS;

**10.7.6.** Ausência de justificativa para as celebrações dos 5º Termo Aditivo (Valor R\$ 14.455,43) e 6º Termo Aditivo (Valor R\$ 631.990,08) do Termo de Contrato nº. 16/2015 celebrado entre a Casa Civil e a Empresa C& C Serviço de Construção Ltda, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de mensageiro, garçom e copeira a ser realizado nas dependências da Casa Civil;

**10.7.7.** Ausência de justificativa para os pagamentos de “indenizatórios” aos seguintes credores, em total afronta à legislação vigente;

**10.7.8.** Ausência dos registros analíticos de todos os bens de caráter permanente; com indicação de número tombo, contrariando o disposto nos artigos 94, 95 96 e 106, inciso II, da Lei nº. 4.320/1964;

**10.7.9.** Ausência de justificativa para os processos de pagamento de Diárias, a ausência de Relatório de Viagem e bilhetes fora do período de realizações de viagens;

**10.7.10.** Ausência de justificativa para o pagamento de R\$ 7.909,75 de multas com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**10.8. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 21 de março de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel



**ACÓRDÃO Nº429/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira Relatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral